

“Monte Santo Deus Proverá”: dimensões do conflito entre neopentecostais e afro religiosos em Salvador/BA¹

Lidia Ribeiro Bradymir / UFBA

Palavras-chave: evangélicos; religiões afro-brasileiras; conflito religioso

1. Introdução

A relação de conflito e proximidade estabelecida entre evangélicos e religiões afro-brasileiras tem sido tema das ciências sociais desde a década de 1990. Pesquisadores como Ari Pedro Oro, Patrícia Birman, Vagner Gonçalves e Ronaldo Almeida vem, ao longo do tempo, pontuando que o contato entre diferentes religiões produz reelaborações das práticas religiosas, sobretudo no pentecostalismo. Essas reelaborações e disputas protagonizadas pelos pentecostais ao longo do tempo produz novos conflitos, pautados cada vez mais pela existência mútua de diferentes religiões da esfera pública. Em Salvador, capital da Bahia, esses novos conflitos são intensificados pelos projetos de patrimonialização dos símbolos religiosos do candomblé, tomado como marcadores de um ideal de “identidade baiana” (SANTOS, 2005).

Em minha dissertação, visualizo na bibliografia as seguintes dimensões do conflito religioso na cidade: a) na cultura urbana das festas e da patrimonialização dos símbolos religiosos; b) nos conflitos territoriais e fundiários; c) nos agenciamentos pessoais, que apontam proximidades e passagens entre as religiões. Porém, enquanto finalizava a escrita do trabalho emergiu na cidade um novo conflito no território do Parque Metropolitano das Dunas e Lagoa do Abaeté. Esse caso me parece articular distintas dimensões do conflito religioso que, em outros casos, estavam separadas. Nesse artigo, contextualizo as diferentes ocupações religiosas na região das dunas do Abaeté para, posteriormente, expor das dimensões do conflito religioso na cidade e como estão imbricadas neste caso.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

2. A Lagoa do Abaeté e os cultos religiosos

A Lagoa do Abaeté, situado no bairro de Itapuã, compõe um território que, como aponta Orlando Oliveira (2009), era inicialmente povoado pelo povo indígena Tupinambá, que da origem tanto ao nome do bairro, quanto da lagoa². No vocabulário tupi *itapuã* significa “pedra inclinada ou de ponta”, fazendo referência as pedras que saem do mar da praia que cerca o bairro (i.d.). O autor pontua três fases iniciais de ocupação do bairro: aldeia tupinambá, fazenda e vila de pescadores. O estabelecimento da fazenda de Garcia d’Ávila em Itapuã ocorre a partir de um intenso movimento de negociação e resistência do povo Tupinambá, e após a morte de Garcia d’Ávila a fazenda se estabelece como uma povoação onde, além dos trabalhos com rebanhos e lavouras de cana-de-açúcar, ocorre a prática de pesca de baleias. Itapuã transforma-se numa vila de pescadores, também nomeada como Vila Velha dos Caboclos, reunindo majoritariamente africanos e indígenas escravizados e seus descendentes (i.d.), o que resulta no estabelecimento de práticas religiosas afro-brasileiras tanto nas praias, quanto na Lagoa do Abaeté e nas dunas de seu entorno.

² “Uma incursão breve neste imaginário social é a própria narração das origens do Abaeté, índio belo e forte, noivo de uma jovem mulher. Quando se banhava na lagoa, despertava a paixão na mãe d’água, que, ao saber do seu casamento, arrastou-o para o fundo das águas durante uma destas ocasiões. O corpo nunca foi encontrado. A noiva, após o desaparecimento, principalmente em noites de luar, sentava-se à beira da lagoa para chorar sua perda. Segundo uma das versões para esta lenda, teria sido a própria mãe d’água que transformou o vestido e a grinalda da noiva nas dunas que contornam a lagoa (Edelweiss, 1969).” (SILVA, 1993, p. 126-127)



Figura 1: Imagem aérea do Parque do Abaeté. Fonte: Jornal A Tarde < <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/apos-criticas-bruno-reis-nega-troca-de-nome-do-parque-do-abaete-1186882> >.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a cidade de Salvador começa a crescer de forma desordenada, com diversas comunidades sendo formadas através de invasões. Essas invasões decorrem de duas vertentes: a primeira, a falta de moradia para a população mais pobres; a segunda, a ocupação de pessoas de alta renda na região da praia e das dunas, como aponta Oliveira (2009). Essas duas ocupações resultam em um processo de degradação ambiental, que levou ambientalistas e movimentos sociais a pressionarem a prefeitura pela criação do Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté, projeto criado em 1980 e decretado pela prefeitura em 1985, onde são definidas formas de uso e ocupação para essa área.

Retomando o fato de o bairro ser ocupado, majoritariamente, pela população afro-indígena, esses moradores estabelecem em Itapuã diversas práticas religiosas, que, como evidenciados pelos pesquisadores Paulo Silva (1993), Oliveira (2009) e Ana Almeida (2008), mescla o catolicismo com religiões afro-indígenas, sendo uma das mais atuantes na região da Lagoa o candomblé. Sendo pontuado por ambos que a adaptação da comunidade tradicional passa por uma mescla dos conhecimentos indígenas, com a concepção de vínculo vital entre homem e natureza do candomblé. Dessa forma, afirma

Oliveira, a Lagoa do Abaeté constitui um antigo sítio sagrado das religiões afro-brasileiras em Salvador.



Figura 2: Povo de santo na Lagoa do Abaeté. Fonte: Redes Sociais/Axé Abassá de Ogum.

Ao tratar dos antigos e novos usos religiosos do espaço da lagoa, Almeida (2008) aponta para a importância do candomblé na preservação do ambiente das dunas, a partir da manutenção dos usos tradicionais do espaço. Contudo, as formas de ocupação passam a se transformar. Além do estabelecimento das formas de uso do espaço, que limita, por exemplo, o uso de velas pelo risco de incêndio, o espaço passa a ser ocupado também pelos evangélicos, o que exige certo controle das práticas religiosas no local que passam a ser feitas por agendamento prévio. À época da publicação de seu artigo, a autora afirma que ocorre na região das dunas cultos evangélicos numerosos, chegando a participar cerca de 3 mil pessoas. A prática de cultos em regiões de monte não é exclusiva dos evangélicos de Salvador, essa é uma forma de culto popularizada a nível nacional. Em uma rápida pesquisa na *internet* encontramos notícias e chamadas para cultos desse tipo em diversos estados e cidades³. Em Salvador, evangélicos já organizaram o projeto Restaura Verde, presidido pelo Apóstolo Roque Soares, com objetivo de manter a

³ A título de exemplo, cito notícia do uol de cultos ao ar livre em montes no Rio de Janeiro < <https://tab.uol.com.br/edicao/montes-de-oracao/> > e de um site gospel noticiando outro culto em São Luís do Maranhão < <https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/culto-no-monte-cristaos-louvam-e-fazem-oracao-ao-ar-livre-no-litoral-do-maranhao.html> >.

limpeza e preservação das dunas. Na página de *Facebook*⁴ da iniciativa, observam-se diversas publicações de iniciativas de cuidado e proteção da região conhecida pelos evangélicos como “Monte Santo”. A partir dessas postagens, percebe-se que o público evangélico, além dos cultos religiosos, frequenta as dunas para lazer e são ativos na proteção ambiental. Diante disso, configura-se nas dunas do Abaeté um sítio religioso tanto do povo de santo, quanto dos evangélicos. No tópico seguinte, veremos como essa ocupação mútua desdobra em um conflito territorial na região das dunas.

3. O conflito do “Monte Santo Deus Proverá”

Sob a justificativa do grande fluxo de evangélicos nas dunas do Abaeté, o vereador Isnard Araújo apresentou, em janeiro de 2022, dois projetos: um requerimento do ano de 2020 de requalificação da região no entorno das Dunas, solicitando a urbanização das dunas, e outro que pede a mudança de nome do local para Monte Santo Deus Proverá. O primeiro requerimento, segundo o próprio vereador, tem como principal argumento o grande fluxo religioso na região. Por isso requalificação foi acatada, sendo assinada pelo prefeito Bruno Reis a ordem de serviço para urbanização das dunas no dia 10/02/2022, prevendo a instalação de escadas, banheiros, auditório, iluminação e outros recursos para facilitar a circulação das pessoas que frequentam o local, além de evitar, segundo o prefeito, que lixos e dejetos humanos poluem as dunas. A cerca do segundo requerimento, da troca do nome das dunas para “Monte Santo”, o vereador argumentou que o nome era apenas para uma duna específica que é chamada comumente de “Monte Santo” pelo público evangélico.

A notícia da urbanização das dunas se espalhou via *whatsapp* a partir de um vídeo circulado por Apóstolo Roque Soares⁵, onde ao fundo aparece a placa instalada no local nomeando-o como “Monte Santo”. No vídeo, Roque Soares agradece ao prefeito Bruno Reis e o secretário municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, Luiz Carlos, e ressalta que o projeto beneficiará o público evangélico que frequenta o local, facilitando o acesso às dunas e oferecendo maior comodidade.

Em resposta à decisão da prefeitura lideranças do povo de santo de Salvador responderam via redes sociais, ressaltando a falta de diálogo da prefeitura com

⁴ Página da iniciativa Restaura Verde no *Facebook* < <https://www.facebook.com/Restaura-Verde-1652129285055320/> >.

⁵ Acesso ao vídeo circulado via *whatsapp*: < <https://drive.google.com/file/d/1QcUfH0cz7MeLZkZFvywQLUB3D3KWqEon/view?usp=sharing> >.

moradores e terreiros da região. Mãe Jaciara, do Axé Abassá de Ogum⁶ e a Frente Nacional Makota Valdina, posicionaram-se nas redes sociais convocando a população para se manifestar no dia 10 de fevereiro, durante o ato da assinatura da ordem de serviço pelo prefeito Bruno Reis. Além das lideranças afro-brasileiras e do povo de santo, ambientalistas e representantes do movimento indígena também marcaram presença. Nesse protesto, lideranças religiosas reivindicavam ser ouvidas pelo prefeito. Além de serem contra a urbanização, havia o sentimento de revolta pela possibilidade de mudança do nome de um local onde terreiros da região realizam seus rituais. Em resposta aos protestos, um grupo de evangélicos teriam se reunido para confrontar as lideranças afro-brasileiras, agredindo as pessoas que estavam no local, conforme dito em entrevista por manifestantes⁷. Além disso, os seguranças do prefeito Bruno Reis também agrediram os manifestantes⁸.

Em continuidade ao ato, a Frente Nacional Makota Valdina e Mãe Jaciara⁹ convocaram para o dia 15/02/2022 um ebó coletivo ocorrido em frente à Câmara Municipal de Salvador. O desfecho desse conflito foi a vitória do ebó coletivo que resultou na revogação da PL. 411/2021 sobre a mudança do nome das dunas, sendo retirada do local a placa com nome “Monte Santo”. No entanto, permanecendo em vigor o projeto de urbanização do local e as obras estão em andamento. A partir da pesquisa bibliográfica realizada durante o mestrado, identifiquei que a controvérsia do Abaeté envolve diferentes dimensões de conflito religioso identificadas anteriormente na cidade. No tópico seguinte identifiquei essas dimensões e de que forma elas aparecem imbricadas nesse caso.

⁶ Vídeos de convocação para o ato de 10/02 publicados no *instagram* do Ilê Abassá de Ogum. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CZw2AUegj4M/> > e < <https://www.instagram.com/p/CZw6FJZANpi/> >.

⁷ Manifestantes relatam agressões físicas por parte de evangélicos. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CZzU3Y_gZPi/ >.

⁸ Vídeo onde mostra seguranças do prefeito Bruno Reis em confronto com manifestantes. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CZzzdqOpM3F/> >.

⁹ Postagens de convocação para o Ebó Coletivo feitas por Mãe Jaciara <https://www.instagram.com/p/CZ_vl2_Dvxp/> e Frente Nacional Makota Valdina <<https://www.instagram.com/p/CZ4p-E3Fw9Y/>>.



Figura 3: Construção de estrutura em andamento na região das Dunas do Abaeté - Foto: Olga Leiria | Fonte: Jornal A Tarde < <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/urbanizacao-em-area-de-dunas-do-abaete-causa-insatisfacao-1203002> >.

4. Dimensões do conflito religioso em Salvador/BA

Em minha dissertação, identifiquei que os pesquisadores de ciências sociais observam os conflitos religiosos em Salvador a partir das seguintes dimensões: a) na cultura urbana das festas e da patrimonialização dos símbolos religiosos; b) nos conflitos territoriais e fundiários; c) nos agenciamentos pessoais, que apontam proximidades e passagens entre as religiões. À época da finalização da escrita, quando o embate do Abaeté estava em seu auge, conclui que nele estão imbricadas todas as dimensões pontuadas em conflitos distintos. Apresentarei neste tópico, de forma adaptada, como se configuram essas dimensões para que sejam visualizadas as camadas que compõem o caso do Abaeté.

4.1 Dimensão pública, patrimonialização e territorialidade religiosa em Salvador

Para compreender a atual posição do candomblé em Salvador, retomo as afirmações do pesquisador Jocélio dos Santos (2005), que aponta para o fato das décadas de 1950 e 1960 serem fundamentais para a mudança na relação entre autoridades do Estado e os candomblés na Bahia. Segundo o antropólogo, as matérias publicadas na época revelam um período de ambiguidade: por um lado, reclamações de vizinhos pelo

funcionamento de terreiros, por outro destacam-se as relações promissoras do candomblé com o turismo. Essa mudança de perspectiva ocorreu em um ambiente sociopolítico e cultural (SANTOS, 2005, p. 66) que promovia a construção da imagem da “Bahia mística”. A partir da década de 1970, elementos da herança afro-brasileira, inclusive o candomblé, eram compreendidos como uma “imagem de força” da Bahia. A partir dessa construção da “identidade baiana”, inicia-se o processo de patrimonialização dos imóveis históricos e a promoção do “patrimônio cultural da Bahia”. É nesse ritmo que, a partir de 1990, inicia-se a revitalização do Dique do Tororó com a instalação dos orixás (GOES, 2018, p. 75), e, posteriormente, houve outras instalações artísticas de temática afro-brasileira na cidade¹⁰.

A partir da argumentação de Van de Port (2012), que associa o candomblé a um banco de símbolos da cultura pública da cidade, Fátima Tavares, Carlos Caroso e Francesca Bassi (2018) apontam que os agenciamentos religiosos, políticos, artísticos e da gestão pública vem transformando o candomblé enquanto cultura urbana patrimonializada em Salvador. Esse movimento de visibilização também se desdobra em patrimônio cultural, a partir dos tombamentos de terreiros e patrimonialização das festas e aspectos materiais e imateriais da cultura (TAVARES et al, 2018, p. 533).

Tais movimentos refletem as políticas de valorização da cultura negra, intensificadas a partir da década de 1960, como pontua Jocélio Teles dos Santos (2005). Em trabalho sobre o processo de patrimonialização da cultura negra, Santos (2005) afirma que a ideia dos estabelecimentos dessas políticas tinha como objetivo principal, além da construção da identidade nacional do Brasil, a valorização turística de cidades como Salvador, que foi considerada uma cidade histórica. O turismo era concebido como uma forma de conservar o patrimônio cultural e natural da cidade¹¹. Assim, o processo que inicia com políticas de preservação do Pelourinho, começa a se expandir. Como ressalta Santos (idem), a política de construção da identidade nacional toma como marca dos aspectos culturais baianos a religião. Segundo o autor, havia por parte da Bahiatursa, órgão de turismo ligado ao Estado da Bahia, um foco especial para o

¹⁰ “Além do Dique, os Correios da Av. Paulo VI, o Parque de Pituacú, o Largo de Santana, o Parque das Esculturas, o Centro da Ancestralidade na Av. Oceânica no trecho do Rio Vermelho, a casa de Yemanjá no Rio Vermelho, a Sereia de Itapuã e a Praça de Mãe Runhó no Engenho Velho da Federação foram igualmente contemplados com a temática afro-brasileira.” (GOES, 2018, p. 75)

¹¹ Santos destaca um editorial do jornal *A Tarde*, publicado em março de 1965, o qual chama a atenção para o caráter histórico do Pelourinho, qualificando-o como um patrimônio da história brasileira. Para além da relevância arquitetônica, que justifica a defesa do Pelourinho como monumento, ele também era ressaltado como um “incremento ao turismo” (2005, p. 85).

candomblé. Tal aspecto era visibilizado pela veiculação do calendário litúrgico dos terreiros, bem como em cartazes de filhas de santo incorporadas por orixás. Além da religião, outros signos foram adotados como definidores da baianidade, como a malandragem, a capoeira, a culinária e a música. Dessa forma, aquilo que é tido como “o singular “viver baiano” (SANTOS, 2005, p. 88) está relacionado com as distinções entre uma cultura com grande influência de origem africana e a cultura ocidental.

Contudo, o processo de patrimonialização do candomblé envolve festividades e práticas no espaço público de Salvador. Olívia Beltrão (2021) afirma que o território sagrado do candomblé não compreende somente as dependências do templo religioso, ecoando o que Tavares e colaboradores (2018) pontuam sobre os elementos das religiões afro-brasileiras “escorrerem” para a cidade. A partir de Sodré (2002), Beltrão afirma que o território do terreiro compreende o espaço visível e o invisível. Considerando que a existência do axé se dá a partir da relação dos sujeitos e objetos, as árvores, casas, animais, encruzilhadas etc., compõem também um território sagrado. Segundo a autora, as religiões de matriz africana (RMA) “reinstalaram” a África nas casas de culto por meio do ritual, convertendo o território cotidiano em espaço mítico (p. 103). A partir de Segato (2007), a autora defende que a noção de territorialidade nas RMA, também em Salvador, remete à ausência de lugar fixo e da distinção de espaço sagrado e profano. Dessa forma, ao tomar como forma de manifestação as caminhadas e ebós coletivos, as RMA ocupam e reivindicam um território sagrado. E assim o fazem porque, como demonstra sua pesquisa no bairro do Engenho Velho da Federação, é esse espaço público que as igrejas pentecostais e neopentecostais também reivindicam como sagrado.

Conforme apontado por Tavares e colaboradores (2018), o conceito de “assimetrias da cultura patrimonializada” do candomblé em Salvador produziu vários episódios subsequentes de conflito simbólico. É o caso da Fonte Luminosa dos Orixás, monumento instalado no Dique do Tororó, em Salvador. Os pesquisadores Roger Sansi (2005) e Alexandre San Goes (2019) destacam que o monumento foi instalado com objetivo turístico e que, antes da instalação dos orixás, a região não era conhecida por ser um território religioso. Sua instalação, segundo os autores, recebeu críticas do povo de santo, pelo uso turístico e folclórico dos orixás. Contudo, alguns líderes religiosos e pesquisadores precisaram reagir diante das ofensivas evangélicas, que questionavam o direcionamento de dinheiro público em favorecimento de uma religião. O poder público precisou justificar a instalação das imagens, e o fez a partir do fomento à identidade

étnico-cultural. Essa justificativa legitima o componente afro-brasileiro enquanto base fundamental para a identidade dos baianos.



Figura 4: Fonte Luminosa dos Orixás no Dique do Tororó. Fonte: Reprodução/TV Bahia

Outro caso emblemático na cidade é a Pedra de Xangô, no bairro de Cajazeiras. Esse é um monumento natural, tradicionalmente frequentado por adeptos de religiões afro-brasileiras frequentam para cultos e rituais. A partir da construção de uma via de acesso ao bairro, a pedra, que antes estava em uma mata, tornou-se evidente e passou a ser alvo constante de ataques. Como aponta Tavares (2021), o mais emblemático aconteceu em dezembro de 2018, quando foram jogados cerca de 100kg de sal na pedra. Esse foi o segundo ataque, pois em novembro de 2014 foram depositados cerca de 200kg de sal. Recentemente, em abril de 2022, o jornal Metro1¹² noticiou que um pastor escalou a Pedra de Xangô e fez uma pregação. Desde o tombamento da pedra, lideranças religiosas vêm reivindicando mais segurança no local, para assegurar que tais atos não se repitam. O monumento, tombado desde 2017 pela FGM, encontra-se atualmente no Parque Pedra de Xangô, obra inaugurada pela Prefeitura de Salvador em maio de 2022, alvo constante das represálias evangélicas pelo favorecimento de religiões com dinheiro público.

¹² Ver notícia do jornal Metro1 < <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/121875,pastor-faz-pregacao-em-cima-da-pedra-de-xango-e-lideranca-religiosa-ve-como-provocacao-veja-video> >.

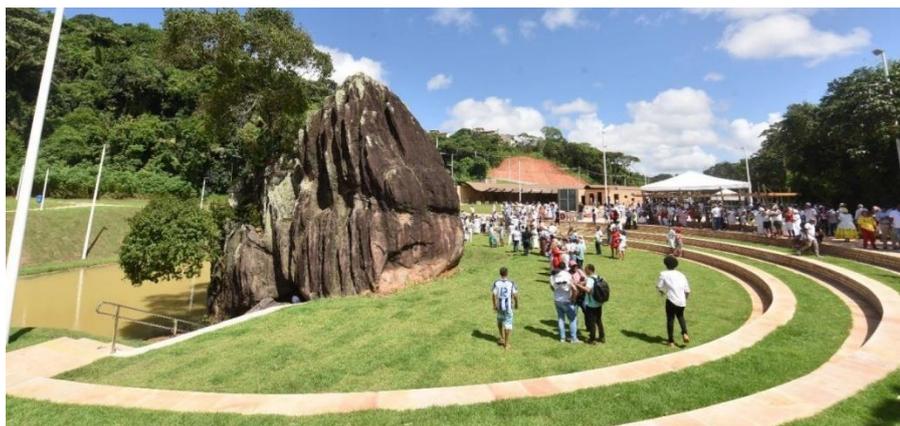


Figura 5: Parque Pedra de Xangô. Foto: Valter Pontes / Secom. Fonte: Jornal Metro 1.

Tavares (2021) aponta ainda, que uma personalidade da cidade conhecida por combater a presença pública de monumentos que referenciam as religiões afro-brasileiras é o pastor Elionai Muralha. Em 2014 – 17 anos após sua instalação – o pastor Elionai Muralha, então candidato a deputado federal, apresentava uma proposta de remoção dos orixás do Dique do Tororó¹³. Atualmente, não apenas ele, mas outros líderes neopentecostais continuam realizando manifestações on-line pela retirada desse e outros monumentos. Entre outros monumentos que se tornam alvo de ataques, como o monumento em homenagem a Mãe Stella de Oxóssi, localizada no bairro de Stella Mares, e a tentativa de barrar a construção da reserva do Parque Pedra de Xangô¹⁴. Como forma de amenizar as investidas pentecostais, Fátima Tavares (2021) pontua que o então prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto), inaugurou a Praça da Bíblia em 2016, localizada curiosamente no Vale do Ogunjá¹⁵, nome que faz referência a uma das formas do orixá Ogum. Esses aspectos culturais da cidade tornam a convivência inter-religiosa ainda mais intensa.

Essa narrativa demonstra que, como postulado por Álvaro Campelo (2015), a disputa pelo número de fiéis torna-se uma disputa por uma territorialidade que se define a partir da ocupação do espaço urbano. O tipo de proselitismo da IURD caracteriza-se por uma nova disputa pela visibilidade no espaço urbano e, conseqüentemente, a “afirmação de um novo tipo de poder religioso” (CAMPELO, 2015, p. 32). O autor delinea o cenário territorial religioso da cidade, afirmando que há uma centralidade de

¹³ Ver notícia do jornal Extra < <https://extra.globo.com/noticias/brasil/candidato-cria-polemica-na-bahia-por-querer-retirar-estatuas-de-orixas-de-locais-publicos-13951986.html>>.

¹⁴ Vídeo do pastor Elionai Muralha em frente ao monumento em homenagem a Mãe Stella, onde incita discurso contra o Parque Pedra de Xangô publicado em 17/10/2020 < <https://www.youtube.com/watch?v=SHCVgRXsVHw>>

¹⁵ Ver notícia do Varela Notícias < <https://varelanoticias.com.br/acm-neto-inaugura-praca-da-biblia-em-avenida-que-leva-o-nome-de-orixa/>>

templos cristãos, característico do poder colonial e uma marginalidade dos terreiros de candomblé. Diante disso, a IURD lança mão de duas estratégias:

[...] conquistar a visibilidade, aproveitando o discurso urbano das novas mobilidades; conquistar o território onde se organiza o cotidiano, seja distribuindo panfletos e templos no ‘lugar do outro’, seja afrontando as debilidades dos cultos tradicionais [...] (CAMPELO, 2015, p. 32).

Para o autor, os conflitos religiosos em Salvador deixam suas marcas na organização urbana (CAMPELO, 2015). Na impossibilidade de competir com conjuntos arquitetônicos que marcam o patrimônio cultural da cidade, bem como de disputar as práticas culturais oriundas das religiões de matriz africana, que expressam a maior parte do patrimônio imaterial de Salvador, a IURD se reafirma a partir da construção de um grande templo na encruzilhada das avenidas mais movimentadas da cidade (CAMPELO, 2015). Dessa forma, a IURD se impõe no discurso urbano, afirmando que há um novo poder ali que demanda novas estratégias de negociação. Do mesmo modo, em bairros periféricos, a IURD busca se instalar em vias centrais, em espaços grandes, tornando-se, muitas vezes, ponto de referência na localização do bairro. Isto ao mesmo tempo que propaga discurso agressivo contra as afro-brasileiras através dos meios de comunicação em massa, numa tentativa de impor-se no terreno da identidade cultural.

4.2 Agenciamentos pessoais e passagens

As pesquisas com evangélicos no Brasil desde a década de 1990 tem apontado para a existência de porosidades nas fronteiras religiosas. Patrícia Birman (1996) apresenta o conceito de *passagens*, argumentando que a conversão evangélica não implicaria uma ruptura radical com a religião anterior. Pelo contrário, o que seu campo mostra é a existência de interlocução e de reelaboração das práticas de proteção espiritual. Nessa direção, Cláudio Pimentel (2010) propõe o conceito de “pentecostalismo à brasileira”, como uma forma de pentecostalismo que se afasta da matriz norte-americana e incorpora formas rituais e práticas no espaço público em semelhança com o catolicismo e religiões afro-brasileiras. Contudo, argumento em minha pesquisa que há muitas outras formas de pentecostalismo no país, exemplificando a partir do “pentecostalismo caboclo” apresentado por Donizete Rodrigues e Manoel Moraes Jr. (2018), referindo-se a práticas pentecostais que mesclam conhecimentos tradicionais indígenas e xamanismo. Portanto, é possível falarmos em pentecostalismos brasileiros, no plural, e o que identifiquei nas pesquisas feitas em Salvador são as formas

pelas quais o pentecostalismo tomou forma na cidade a partir do contato com o candomblé e a umbanda.

Em uma das principais publicações sobre trânsito religioso em Salvador, Miriam Rabelo (2008) observa os trajetos espaço-temporais pelos quais os indivíduos desenvolvem relações com a religião, o que implica em incluir as entidades enquanto participantes das dinâmicas do terreiro e da família. Essa perspectiva seria favorecida, diz a autora, pela diversidade religiosa do campo, onde até mesmo os pentecostais “se nutrem de uma religiosidade difusa” (2008, p. 178), acentuando a interferência de entidades na vida dos indivíduos. Abordando as histórias de diversos indivíduos, Rabelo mostra que o caminho religioso percorrido pelos interlocutores não é linear, mas perpassa por um itinerário que envolve o espiritismo, catolicismo, pentecostalismo, umbanda e candomblé.

Em sua tese acerca de igrejas neopentecostais independentes¹⁶ nos bairros de Pau da Lima e Castelo Branco, Cláudio Almeida (2011) atribui a grande aceitação do público dos bairros populares a essas igrejas à combinação da visão encantada de mundo destas denominações com um ambiente cultural marcado pela magia, incentivada e sustentada pela modalidade religiosa das religiões de matriz africana. O autor aponta para um hibridismo dos rituais de libertação e avivamento da Igreja Universal do Reino de Deus e da Assembleia de Deus, por um lado aceitando as mediações entre o sagrado e os homens através dos símbolos, como na primeira, e por outro admitindo a presença física de Deus a partir dos sentidos corporais, como na segunda. A partir de pesquisas como a de Pimentel e Olívia Beltrão (2021), percebemos que além das práticas rituais os evangélicos em Salvador também passam a relacionar-se com os espaços públicos da cidade, principalmente através das caminhadas que ocorrem nas principais vias da cidade e dos cultos em contato com a natureza. Tendo em mente esses aspectos, no subtópico seguinte tratei da forma pela qual essas dimensões de conflito e porosidades se apresentam no caso do Abaeté.

¹⁶ Cláudio Almeida (2011) define como “igrejas independentes”, igrejas neopentecostais fundadas em bairros periféricos de Salvador, a partir de dissidências com denominações maiores, que ocupam espaços de pontos comerciais ou garagens e possuem um público menor e mais localizado (p. 32)

4.3 Como essas dimensões se correlacionam no conflito do Abaeté e a diferença dele para os outros dois apresentados

Para compreender as camadas deste conflito, destaco que no caso do Parque do Abaeté os discursos neopentecostais, que inicialmente reivindicavam a retirada dos símbolos afro-religiosos do espaço público pela chave da laicidade tem se transformado. Se anteriormente os evangélicos reivindicavam a retirada do monumento dos orixás do Dique do Tororó, ou questionavam o dinheiro público destinado ao Parque Pedra de Xangô, no caso das dunas os neopentecostais reivindicam perante o poder público a urbanização de uma região, argumentando sua presença histórica no local. Há, portanto, um reconhecimento da prefeitura de um território religioso evangélico na cidade, mas também uma disputa dos evangélicos pelo reconhecimento dos seus símbolos e territórios no espaço público.

Diante dos questionamentos do povo de santo, os evangélicos responderam nas redes sociais que os candomblecistas tinham o Parque São Bartolomeu, a Pedra de Xangô entre outros espaços e monumentos dedicados as suas entidades. Portanto, a reivindicação se transforma, ela não é mais pela retirada do candomblé das ruas, mas por uma presença equivalente dos símbolos e territórios evangélicos. Essa mudança de posicionamento, como demonstra a bibliografia já citada, resulta de um processo de porosidade entre as fronteiras religiosas. A partir desse movimento de conflitos e passagens, os evangélicos transformam a sua presença e atuação. Passando, como define Paula Montero (2016) a atuar também como uma religião pública. A aposta dos autores, e minha, é que a partir da intensificação da convivência dessas religiões públicas, novos conflitos com novas complexidades surgirão no país.

5. Conclusão

Neste artigo, foi delineada a controvérsia entorno do projeto de urbanização das dunas do Abaeté e da mudança de nome do local de culto evangélico para “Monte Santo Deus Proverá”. Em seguida, delinco as principais dimensões do conflito religioso em Salvador identificadas pelos pesquisadores, demonstrando que a dupla ocupação religiosa das dunas é resultado de um processo de conflitos e passagens entre evangélicos e religiões afro-brasileiras na capital. Dada as características públicas das práticas e símbolos afro religiosos, os conflitos religiosos estão nessa arena. No entanto, o movimento de passagens produz uma mudança no posicionamento evangélico: gradativamente o discurso se desloca de uma reivindicação pela retirada dos símbolos do candomblé do espaço público, para o reconhecimento dos territórios evangélicos na cidade.

O movimento da prefeitura em reconhecer um território neopentecostal, não começa agora. O ato do atual prefeito Bruno Reis está em consonância com o posicionamento do ex-prefeito, ACM Neto, que em 2016 inaugurou a Praça da Bíblia. Essas são posturas tomadas pela prefeitura para amenizar as investidas neopentecostais de questionamento ao dinheiro público destinado para as obras do Parque Pedra de Xangô e do Parque São Bartolomeu, entre outros monumentos presentes na cidade. As novas complexidades, produzidas pelas passagens, exigem de nós pesquisadores novas formas de compreender as relações interreligiosas e, sobretudo, dessas religiões com órgãos institucionais.

Referências

- ALMEIDA, Ana. Percepção ambiental e mudanças no espaço público no parque metropolitano do Abaeté em Salvador/BA. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 23, p. 52-69, 2008.
- ALMEIDA, Cláudio Roberto dos Santos de. **O caminho do Senhor: conversão pentecostal e transformação da experiência na periferia de Salvador**. Orientador: Miriam Rabelo. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19648>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- BELTRÃO, Olívia Nolasco. **“O direito nós já temos, queremos respeito”**: a caminhada afroreligiosa do Engenho Velho da Federação – Salvador - Ba. Orientador: Cintia Beatriz Müller. 2021. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34632>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- BIRMAN, Patricia. Cultos de possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens. *Religião e sociedade*, v. 17, n. 1-2, p. 90-109, 1996.
- CAMPELO, Álvaro. A Cidade e o Espaço Religioso em Salvador, Brasil. Construir o poder na paisagem urbana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, p. 25-36, 2015.
- GOES, Alexandre San. **“Orixás do Dique”**: Estudo sobre a religião e espaço público em Salvador-Bahia. 2019. 245 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30802/1/ORIX%C3%81S%20DO%20DIQUE_DISSERTA%C3%87%C3%83O_%20ALEXANDRE%20SAN%20GOES.pdf >. Acesso em: 10/05/2019
- MONTERO, Paula. “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade**, v. 36, p. 128-150, 2016.
- OLIVEIRA, Orlando José Ribeiro de. **Turismo, cultura e meio ambiente**: estudo de caso da Lagoa do Abaeté em Salvador - Bahia. 2009. 136 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4199>. Acesso em: 15 de jan. de 2022.
- PIMENTEL, Cláudio Santana. **Pentecostalismo à Brasileira**: Ruptura e Continuidade. *Último Andar*, n. 18, p. 43-50, 2010.
- RABELO, Miriam. Entre a casa e a roça: trajetórias de socialização no candomblé de habitantes de bairros populares de Salvador. **Religião & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 176-205, 2008.
- REINHARDT, Bruno. **Espelho ante Espelho: A troca e a guerra entre o neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador**. 2006. 245 f. Dissertação (Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: < https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3588/1/2006_Bruno%20Mafr%C3%A1%20Ney%20Reinhardt.pdf>. Acesso em: 06/03/2021
- RODRIGUES, Donizete; MORAES JÚNIOR, Manoel. A pentecostalização de povos tradicionais na Amazônia. **Horizonte**, v. 16, n. 50, p. 900-918, 2018.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. **Os candomblés da Bahia no século XXI**. 2007. Disponível em:

http://www.terreiros.ceao.ufba.br/pdf/Os_candombles_no_seculo_XXI.pdf. Acesso em: 20 de dez de 2021.

SILVA, Paulo Guimarães da. Identidade, Territorialidade e Ecologismo: o caso da Lagoa do Abaeté. **Caderno CRH**, v. 6, n. 18, 1993.

TAVARES, Fátima. Sobre a "Política dos Terreiros" em Salvador: Comentários ao texto de Ana Paula Mendes Miranda. **Debates do NER**, 2021.

TAVARES, Fátima; CAROSO, Carlos; BASSI, Francesca. Ambiguidades e conflitos da cultura patrimonializada no espaço público: o caso do candomblé em Salvador. **RELIGARE: Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, v. 15, p. 526-547, 2018

TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio; CAROSO, Carlos. Diversidade, visibilidade e dimensão pública da vida religiosa na Baía de Todos os Santos. _____ (orgs.). **Bahia de Todos os Santos: aspectos humanos**, v. 2, 2011.

VAN DE PORT, Mattijs. Candomblé em rosa, verde e preto. Recriando a herança religiosa afro-brasileira na esfera pública de Salvador, na Bahia. **Debates do NER**, v. 2, n. 22, p. 123-164, 2012.